



EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº017, DE 15 DE DEZEMBRO 2025

Estabelece regras para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Hugo Napoleão de acordo com a Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

A CÂMARA MUNICIPAL de HUGO NAPOLEÃO, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º O Artigo 98 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 1º - A Os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município serão aposentados com as idades mínimas previstas para os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social da União no inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, observada a redução de idade mínima para os ocupantes de cargo de professor de que trata o § 5º do art. 40 da Constituição Federal.

§ 2º - Por meio de lei, o Município poderá instituir contribuição extraordinária para custeio do RPPS, nos termos dos §§ 1º-B e 1º-C do art. 149 da Constituição Federal, observado o disposto no inciso X do § 22 do art. 40 da Constituição Federal e no § 8º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

§ 3º As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do ente federativo.

§ 4º O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de vigência da lei municipal que cumprir o disposto no inciso II do art. 36 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Art. 3º Ficam revogados as demais disposições ao contrário.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Hugo Napoleão, Estado do Piauí,
aos quinze dias d mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Luciano Barreto de C. Filho

LUCIANO BARRETO DE CARVALHO FILHO

Prefeito Municipal





ID: AF046F2420BF4
ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HUGO NAPOLEÃO

CUIDANDO DA NOSSA GENTE.

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 017, DE 15 DE DEZEMBRO 2025

Estabelece regras para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Hugo Napoleão de acordo com a Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

A CÂMARA MUNICIPAL de HUGO NAPOLEÃO, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º O Artigo 98 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 1º - A Os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município serão aposentados com as idades mínimas previstas para os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social da União no inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, observada a redução de idade mínima para os ocupantes de cargo de professor de que trata o § 5º do art. 40 da Constituição Federal.

§ 2º - Por meio de lei, o Município poderá instituir contribuição extraordinária para custeio do RPPS, nos termos dos §§ 1º-B e 1º-C do art. 149 da Constituição Federal, observado o disposto no inciso X do § 22 do art. 40 da Constituição Federal e no § 8º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

§ 3º As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do ente federativo.

§ 4º O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de vigência da lei municipal que cumprir o disposto no inciso II do art. 36 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Art. 3º Ficam revogados as demais disposições ao contrário.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Hugo Napoleão, Estado do Piauí, aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Luciano Barreto de C. Filho
LUCIANO BARRETO DE CARVALHO FILHO
Prefeito Municipal

Avenida Petrólio Portela, 33, Centro, Hugo Napoleão - PI
CNPJ 06.554.927/0001-50 - CEP: 64.470-000
E-mail: prefeitura@hugo.gov.br Site: www.hugonapoleao.pi.gov.br

FONE (86) 3299-1121



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HUGO NAPOLEÃO

CUIDANDO DA NOSSA GENTE.

II - Despesas de Capital (30%) - R\$ 28.275,35

Projeto/Atividade	Código Orçamentário	Elemento de Despesa	Descrição	Valor (R\$)	Fonte
Aquisição de equipamentos e material permanente para ETI	12.365.0005.2504.0000	4.4.90.52	Equipamentos e material permanente	28.275,35	112
Subtotal - Capital				R\$ 28.275,35	

[TOTAL GERAL DO CRÉDITO ESPECIAL | R\$ 94.251,16]

Art. 3º - Os créditos orçamentários criados por esta Lei serão incorporados à Secretaria Municipal de Educação - FUNDEB, vinculando-se à execução do Programa de Educação em Tempo Integral (ETI), em conformidade com a Lei Federal nº 14.640/2023 e a Portaria MEC nº 1.495/2023.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Hugo Napoleão, 15 de dezembro de 2025

LUCIANO BARRETO DE
CARVALHO
FILHO:80258743387
Luciano Barreto de Carvalho Filho

Prefeito Municipal

Avenida Petrólio Portela, 33, Centro, Hugo Napoleão - PI
CNPJ 06.554.927/0001-50 - CEP: 64.470-000
E-mail: prefeitura@hugo.gov.br Site: www.hugonapoleao.pi.gov.br

FONE (86) 3299-1121



ID: 007DE3FFD6D24
ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HUGO NAPOLEÃO

CUIDANDO DA NOSSA GENTE.

LEI MUNICIPAL Nº 018/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente, no valor de R\$ 94.251,16 (noventa e quatro mil duzentos e cinquenta e um reais e dezesseis centavos), destinado à execução do Programa de Educação em Tempo Integral (ETI), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Hugo Napoleão, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no orçamento vigente, no valor de R\$ 94.251,16 (noventa e quatro mil duzentos e cinquenta e um reais e dezesseis centavos), destinado à execução do Programa de Educação em Tempo Integral (ETI), conforme o disposto no art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 2º - Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação e/ou reprogramação de saldos financeiros de transferências específicas da Educação, conforme art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320/1964, observando-se a seguinte discriminação:

I - Despesas de Custeio (70%) - R\$ 65.975,81

Projeto/Atividade	Código Orçamentário	Elemento de Despesa	Descrição	Valor (R\$)	Fonte
Implementação e manutenção do Programa ETI	12.361.0006.2501.0000	3.3.90.30	Material de consumo e didático	20.000,00	112
Formação e capacitação de professores e monitores ETI	12.361.0005.2502.0000	3.3.90.36	Serviços de terceiros - pessoa física	15.000,00	112
Contratação de serviços pedagógicos e de apoio ao ETI	12.361.0005.2503.0000	3.3.90.39	Serviços de terceiros - pessoa jurídica	30.975,81	112
Subtotal - Custeio				R\$ 65.975,81	

Avenida Petrólio Portela, 33, Centro, Hugo Napoleão - PI
CNPJ 06.554.927/0001-50 - CEP: 64.470-000
E-mail: prefeitura@hugo.gov.br Site: www.hugonapoleao.pi.gov.br

FONE (86) 3299-1121



ID: DCC41E5736F64

COMUNICADO OFICIAL - PROVA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CONSIDERANDO a circulação de áudios e imagens em grupos e redes sociais do município de Marcos Parente-PI, nos quais uma candidata relata ter realizado prova do mesmo cargo aplicada por banca distinta de cidade diversa;

CONSIDERANDO que, até o presente momento, não há elementos que permitam identificar ou comprovar como referido material teria sido inserido no malote de provas do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;

CONSIDERANDO, ainda, que não consta qualquer registro oficial nas atas do concurso, tampouco reclamação formal acerca de aplicação de prova divergente no momento da realização do certame;

Prezando pela lisura, transparência e igualdade de condições entre todos os candidatos, bem como pela segurança jurídica do concurso público;

DECIDO pela anulação da prova do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com a consequente reaplicação em nova data, a ser oportunamente divulgada, juntamente com todas as informações pertinentes.

Ressalta-se que as provas dos demais cargos permanecem válidas, devendo os candidatos acompanhar normalmente as próximas etapas do concurso conforme o cronograma oficial.

Marcos Parente-PI, 15 de dezembro de 2025

gob.br
Documento assinado digitalmente
ABRAÃO MESSIAS GOMES
Data: 15/12/2025 09:35:47-0300
Verifique em https://validar.id.gov.br

Abraão Messias Gomes
Coordenador do Concurso Público

Creative Group LTDA
suporte@creativegroup.net.br